



**V CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA
PROCURADOR DO ESTADO**

**PROVA DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO
TRABALHO**

- 1) As partes fizeram um contrato a prazo de 90 dias. Após 20 dias de seu início, o empregado adoeceu. Ficou afastado recebendo auxílio-doença do INSS e obteve alta médica depois de seis meses. Retornou à empresa querendo completar o tempo que restava para o termo final do contrato. O empregador opõe-se, alegando que, apesar da suspensão do contrato, no termo final operou-se a sua extinção. Há suporte jurídico para a atitude do empregador? Fundamente.
- 2) Qual é a diferença entre convenção coletiva e acordo coletivo de trabalho?
- 3) Mortícia foi contratada em 15/12/97 para exercer a função de secretária no Hotel Adams. Descontente com o salário pago pelo empregador, pediu demissão em 20/06/98. Quais as verbas tem direito a receber pelo término do pacto laboral? Justifique.
- 4) A microempresa "Caco Antíbis Camisetaria Ltda", visando atender a inúmeros pedidos de camisetas alusivas a Copa do Mundo, contratou, em 02.03.98, a costureira Magda, pelo prazo de 04 (quatro) meses. Em 21.06.98, Magda apresentou ao departamento pessoal da empresa um documento, no qual atesta que está grávida de 10 (dez) semanas. Pergunta-se: Diante deste fato, poderá a empresa dispensá-la ao término do contrato? Justifique?
- 5) As expressões **rescisão, resilição e resolução** são modos de extinção do contrato de trabalho. Quando ocorre cada uma delas?
- 6) Jujúatas ingressou, em 15.06.98, com ação trabalhista em face de seu empregador "Bar Cello's Chopp Ltda" pleiteando o pagamento de diversas verbas trabalhistas relativas ao contrato de trabalho que tivera com a empresa. Deu à causa o valor de R\$200,00 (duzentos reais) e informou que o valor do pedido depende de futura liquidação de sentença. Tendo sido julgado improcedente o pedido, o reclamante interpôs tempestivamente recurso ordinário requerendo a reforma da decisão. O reclamado foi intimado para oferecer contra-razões ao recurso.
Pergunta-se: Qual argumento poderá usar a fim de impedir o conhecimento do recurso interposto pelo reclamante?

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

7) Quais os efeitos do não comparecimento do reclamante na audiência inaugural? E do reclamado?

8) O Estado de Mato Grosso do Sul foi citado, em 02.06.98, para opor embargos a execução trabalhista que lhe move Oscarinas. Protocolizou os embargos em 12.06.98. A Junta de Conciliação e Julgamento de Campo Grande não acolheu os embargos sob o fundamento de intempestividade.

Como Procurador do Estado, aponte qual o recurso cabível contra esta decisão, em que prazo deve ser interposto e o que deve ser alegado nas razões de recurso para a reforma da decisão. Fundamente.

9) Wandinho Zerra ingressou com ação trabalhista na JCJ da Capital dizendo que trabalhou na construção do edifício "Sonhos Dourados", todos os dias da semana, das 6 às 18 horas, durante 9 (nove) meses, sem nunca ter recebido horas extras, adicional de periculosidade e de insalubridade. Contudo, deixou de informar o nome do empregador e o seu endereço. O Juiz-Presidente da Junta indeferiu liminarmente a petição inicial.

Pergunta-se: é correto o procedimento adotado pelo magistrado trabalhista? Justifique.

10. O Juiz-Presidente da JCJ indeferiu liminarmente o pedido de realização de perícia médica em Zé Fumaça por entender que as provas constantes nos autos são suficientes para comprovar que a doença do reclamante não tem causa e efeito com o trabalho que realizava, qual seja, a de vendedor de cigarros. O empregado, inconformado com o despacho, quer recorrer.

Pergunta-se: qual o recurso cabível e em que prazo deverá ser interposto?